

Coastal marine protected areas: stakeholders' perceptions

FILIFE PORTEIRO, PEDRO AFONSO, GUALBERTO RITA, ANDREA BOTELHO, JOÃO FREITAS,
TIAGO CASTRO AND DAVID ABECASIS



Porteiro, F., P. Afonso, G. Rita, A. Botelho, J. Freitas, T. Castro and D. Abecasis 2020. Coastal marine protected areas: stakeholders' perceptions. Ocean Governance in Archipelagic Regions. International Conference 2019, 7-10 October 2019, Horta, Azores, Portugal. *Arquipelago*. Life and Marine Sciences. Supplement 11.

*Filipe Porteiro*¹ (e-mail: Filipe.JM.Porteiro@azores.gov.pt), *P. Afonso*², *G. Rita*³, *A. Botelho*⁴, *J. Freitas*⁵, *T. Castro*⁶ and *D. Abecasis*⁷. ¹Regional Directorate for Sea Affairs. ²IMAR/University of the Azores. ³Azores Fisheries Federation. ⁴CIBIO/University of the Azores. ⁵Azores Recreational Fishing Association. ⁶Dive Azores. ⁷CCMAR/University of Algarve.

The Azorean Government is currently working on a re-evaluation and expansion of the regional Marine Protected Areas (MPAs), and reviewing the marine conservation legal framework to clarify its powers, uses and regulations. This process, where stakeholder involvement is expected to be inclusive and continuous, will determine the adoption of MPAs management plans which facilitate implementation, communication, monitoring and enforcement.

Marine protection in the Azores has come a long way since the 1980s, when the first spatial protection measures took place, contributing to a paradigm shift in the mindset of the fishing industry, science and society as a whole. Overall, there is a consensus on the importance and need for spatial regulations. However, existing coastal MPAs have a low level of protection and poor representation of habitat and species. There is also a regional discrepancy in ecological coherence on different islands, with only about 4% of protection within the territorial sea, of which less 1% are fully protected areas.

The professional fishing sector recognizes the need for resource protection and sustainable exploitation, but emphasizes the importance of accounting for socioeconomic sustainability of fishermen when planning for new MPAs. Particularly, as the fisheries sector has been submitted over the last decades to strict rules and restrictions, at European and regional level. There is also a legitimate and shared concern by fishermen and the scientific community about expanding no-take MPAs and therefore overloading unprotected and unexploited areas. Additionally, there are information gaps on the dynamics and impacts of the recreational fishing sector, to implement efficient management strategies.

It is therefore necessary to ensure a participatory management strategy, improve communication and increase sectorial cooperation and accountability of all players. Spatial management should be conceived as a broad set of measures, including spatial and fishing effort restrictions, and regulations on other extractive and non-extractive activities. These actions should be taken at the island level, with specific conservation and sustainable development objectives and valuing the state of the resources and socioeconomic characteristics.

Key words: Coastal area; conservation planning; spatial regulations; stakeholder engagement; conservation targets

Áreas marinhas protegidas costeiras: perceções das partes interessadas

O governo açoriano está atualmente a trabalhar na reavaliação e expansão das Áreas Marinhas Protegidas (AMPs) regionais e a rever a estrutura legal de conservação marinha para esclarecer poderes, usos e regulamentos. Este processo, onde se espera que o envolvimento das partes interessadas seja inclusivo e contínuo, determinará a adoção dos planos de gestão das AMPs que facilitem a sua implementação, comunicação, monitorização e fiscalização.

A proteção marinha nos Açores percorreu um longo caminho desde a década de 1980, quando ocorreram as primeiras medidas de proteção espacial, contribuindo para uma mudança de paradigma na mentalidade da indústria pesqueira, da ciência e da sociedade como um todo. No geral, existe consenso sobre a importância e a necessidade de restrições espaciais. No entanto, as AMPs costeiras existentes têm ainda um baixo nível de proteção e pouca representatividade de habitat e espécies. Há também uma discrepância regional na coerência ecológica nas diferentes ilhas, com apenas cerca de 4% de proteção no mar territorial, dos quais menos de 1% são áreas totalmente protegidas.

O setor da pesca profissional reconhece a necessidade da proteção dos recursos e da exploração sustentável, mas enfatiza a importância de se levar em consideração a sustentabilidade socioeconómica dos pescadores ao planear novas AMPs. Particularmente, porque o setor das pescas tem sido submetido nas últimas décadas a regras e restrições (espaciais e de artes de pesca) a nível regional e europeu. Há também uma preocupação legítima e partilhada por pescadores e pela comunidade científica sobre os efeitos da expansão de AMPs na sobrecarga do esforço de pesca em áreas desprotegidas e menos exploradas. Existem também lacunas de informação sobre a dinâmica e os impactos do setor de pesca recreativa, importantes para implementar estratégias de gestão eficientes.

Desta forma, é necessário garantir uma estratégia de gestão participativa, melhorar a comunicação e aumentar a cooperação setorial e a responsabilização de todos os setores interessados. A gestão espacial deve ser concebida como um amplo conjunto de medidas, incluindo restrições espaciais e de esforço de pesca e tendo em atenção todas as atividades, extrativas e não-extrativas. Estas ações devem ser tomadas ao nível de cada ilha, através da definição de objetivos específicos de conservação e de desenvolvimento sustentável, tendo em conta o estado dos recursos e as condições socioeconómicas.

Palavras chave: Área costeira; planeamento de conservação; regulamentos espaciais; envolvimento de partes interessadas; metas de conservação